



# ACÇÃO

PARA A IGUALDADE DO GÉNERO, EMPODERAMENTO E ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ÁFRICA

## NOTA CONCEPTUAL

### *Sexto* Fórum Africano de Desenvolvimento (VI FODA)

19-21 de Novembro de 2008 - Centro de Conferências das Nações Unidas - Adis Abeba, Etiópia



COMISSÃO ECONÓMICA  
PARA ÁFRICA



COMISSÃO DA  
UNIÃO AFRICANA



BANCO AFRICANO  
DE DESENVOLVIMENTO





# ACÇÃO

PARA A IGUALDADE DO GÉNERO, EMPODERAMENTO E  
ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ÁFRICA

## NOTA CONCEPTUAL

### *Sexto* Fórum Africano de Desenvolvimento (VI FDA)

19-21 de Novembro de 2008 - Centro de Conferências das Nações Unidas - Adis Abeba, Etiópia



COMISSÃO ECONÓMICA  
PARA ÁFRICA



COMISSÃO DA  
UNIÃO AFRICANA



BANCO AFRICANO  
DE DESENVOLVIMENTO



## Contents

Acronyms and abbreviations .....	v
1.0 Background .....	1
2.0 Why financing for gender equality? .....	3
3.0 Progress and challenges in achieving gender equality and women’s empowerment.....	4
4.0 Progress in financing for gender equality .....	6
5.0 The potential impact of the global financial crisis on financing for gender equality ....	12
6.0 Conclusions .....	13
7.0 Issues for discussion.....	14
References .....	15



## I. Contexto

Desde 1999, África tem registado um desempenho económico bastante impressionante, particularmente quando comparado com as tendências negativas do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos finais da década de 1980 e inícios da década de 1990. A taxa de crescimento médio anual do PIB a nível da região cresceu de pouco menos de 3.0 por cento para cerca de 5.8 por cento em 2007. Contudo, estas melhorias no desempenho económico não têm demonstrado ainda um impacto significativo na redução da pobreza e realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza, estimada em 41.1 por cento, continua alta. Estudos realizados demonstraram que a mulher é a mais afectada, levando assim à feminização da pobreza. Embora tenham sido registados progressos notáveis no que concerne o alcance dos ODM em matéria de educação e paridade do género a nível do ensino primário, o progresso no sector da saúde tem sido lento; as disparidades do género no ensino secundário e terciário, e em termos salariais no sector não-agrícola ainda não foram eliminadas; e o progresso com respeito à melhoria dos serviços de abastecimento de água e saneamento tem sido lento e caracterizado por uma grande dicotomia entre a zona rural e urbana. As persistentes desigualdades do género têm sido avançadas como uma das razões do lento progresso registado no alcance das metas dos ODM em África. Não tem havido, contudo, uma distribuição equitativa da riqueza, pois a mulher não tem beneficiado das recentes melhorias no crescimento económico.

A taxa média de crescimento anual do continente, situada em cerca de 5.8 por cento, continua significativamente baixa quando comparada com a taxa de crescimento anual de 7 por cento necessária para reduzir a pobreza para metade até 2015. O alcance de um maior crescimento económico depende também da promoção bem sucedida da igualdade do género. O relatório do Banco Mundial “África pode Reivindicar o Século 21?”, indica que a promoção da educação e formação das mulheres e do seu acesso a bens produtivos como a terra, crédito e tecnologia para poupar tempo, poderia ajudar África a alcançar a taxa de crescimento anual de 7 por cento necessária para atingir os ODM.

Quadros abrangentes que promovem a igualdade do género foram desenvolvidos a nível internacional e regional. Os países Africanos comprometeram-se a abordar a igualdade do género com base em quadros internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Plataforma de Acção de Pequim (BPFA)<sup>1</sup>, os ODM<sup>2</sup>, e a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325.

A nível regional, o princípio de igualdade e não discriminação entre homens e mulheres está consagrado no instrumento jurídico base da União Africana (UA) bem como na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que prevêem a eliminação da discriminação contra as mulheres e a protecção dos seus direitos. Os Chefes de Estado e de Governo da UA adoptaram dois instrumentos especificamente para abordar questões do género: o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos referente aos Direitos da Mulher em África adoptado em 2003, em Maputo, e a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África adoptada em Adis Abeba em Julho de 2004, que obriga os Estados a respeitar as normas referentes aos direitos humanos das mulheres. Para facilitar a implementação da Declaração Solene, a primeira Conferência da UA dos Ministros responsáveis pelos Assuntos da Mulher e Género realizada em Outubro de 2005, em Dakar, Senegal adoptou o Quadro de Implementação e as Directrizes para a produção de Relatórios referentes a Declaração Solene sobre a

1 Fornece um quadro para a promoção da igualdade do género e empoderamento da mulher em 12 áreas de preocupação: pobreza, educação, saúde, violência, conflito armado, disparidade económica, partilha de poder, instituições, direitos humanos, comunicação social, meio ambiente e a rapariga.

2 O ODM 3 promove a igualdade do género e empodera a mulher.

Igualdade do Género em Mulheres África. Ao nível sub-regional, as comunidades económicas regionais (CER) adoptaram políticas do género, declarações e directrizes para a promoção e protecção dos direitos humanos das mulheres.

As Declarações de Missão e Visão da UA e o Quadro Estratégico fazem referência à igualdade do género como a principal forma de promover o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a Direcção da UA para Assuntos da Mulher, Género e Desenvolvimento desenvolveu o seu plano estratégico para reforçar a capacidade interna por forma a integrar o género na UA e nos seus órgãos, bem como nas comunidades económicas regionais e nos Estados Membros. Neste contexto, a adesão no Parlamento Pan-Africano e no Conselho Económico e Social (ECOSOC) esteve sujeita aos artigos pertinentes da Lei Constitutiva sobre o género. A Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptou também o princípio de paridade do género 50/50 durante a eleição dos Comissários.

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) contribuiu também para a concepção do panorama da igualdade do género no continente. Para assinalar o 40º aniversário da instituição, a UNECA organizou uma conferência sobre *a mulher Africana e o desenvolvimento económico: investindo no futuro*, que se realizou de 28 de Abril a 1 de Maio de 1998. Os objectivos da conferência foram a partilha de experiências sobre a forma como as políticas públicas podem equilibrar as oportunidades entre os homens e mulheres e redireccionar recursos para onde a participação feminina poderia trazer maiores retornos sociais; tirar lições estratégicas dos esforços em curso para implementar a Plataforma de Acção de Dakar e de Beijing; identificar e partilhar as melhores práticas nas estratégias e modalidades do programa para a implementação, a nível do país, de acções recomendadas pela assembleia; e estabelecer parcerias para o desenvolvimento e implementação após a conferência das acções recomendadas e programas. Depois desta conferência, o Secretário-Geral da Organização de Unidade Africano anunciou a criação do Comité Africano da Mulher sobre a Paz e Desenvolvimento, e a criação de um Fundo Africano para o Desenvolvimento da Mulher. Os delegados também assumiram o compromisso de levar a mensagem de volta aos seus respectivos governos e instituições e de facilitar a incorporação das questões de igualdade do género nas despesas públicas, sistemas de contabilidade nacional, tecnologias de informação e comunicação, bem como nas iniciativas de paz.

Desde a conferência que assinalou o 40º aniversário da instituição, a UNECA tem feito esforços no sentido de reforçar a capacidade dos fazedores de políticas e de outros intervenientes nos Estados Membros para usar ferramentas e metodologias adequadas por forma a desenvolverem programas e políticas sensíveis ao género. Uma das principais conquistas da UNECA é o desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento e do Género Africano (AGDI). Este instrumento mede o grau de desigualdade entre homens e mulheres em África e ajuda os governos Africanos a avaliar o seu desempenho, diminuir as disparidades do género e a promover a causa das mulheres. O índice ajuda os Estados Membros na identificação de lacunas e melhor integração do género nas suas políticas e programas. As outras conquistas da UNECA incluem a criação de capacidades sobre a integração do género no seio das CER e nos Estados Membros; desenvolvimento de um Guião sobre a Integração do Trabalho Não-remunerado e Produção Doméstica nas Estatísticas Nacionais, políticas e Orçamentos; monitoria e avaliação da implementação das Plataformas de Acção de Dakar e de Beijing sobre a Mulher; e a criação de um Observatório dos Direitos da Mulher Africana para monitorar a situação da mulher a nível regional.

O compromisso do Banco Africano de Desenvolvimento em promover a igualdade do género e o empoderamento da mulher como forma de promover a redução da pobreza, o desenvolvimento económico e igualdade do género no continente está descrito na sua Política do Género adoptada em 2001. A política especifica cinco áreas prioritárias, nomeadamente, a educação, agricultura e desenvolvimento rural (incluindo as infra-estruturas), a pobreza da mulher, saúde e governação. A sua execução está firmemente baseada em cinco princípios fundamentais, nomeadamente: i) a aplicação do estudo



sobre o género; ii) a necessidade de fomentar as relações de cooperação entre mulheres e homens; iii) reconhecimento de que o empoderamento económico da mulher é essencial para o desenvolvimento sustentável; iv) abordagem das diferenças entre as mulheres; e v) aplicação judiciosa da estratégia de dupla perspectiva abarcando a integração do género e intervenções orientadas para o empoderamento das mulheres.

A Política do Género do Banco é operacionalizada com base no seu Plano de Acção do Género (PAG), adoptado em 2004, através de acções nas principais áreas prioritárias, incluindo: o desenvolvimento de instrumentos para a integração do género; integração do género nos programas, particularmente nos sectores prioritários; desenvolvimento de um número significativo de recursos humanos sensíveis ao género; e reforço do trabalho em rede com intervenientes e parceiros estratégicos.

Uma recente Revisão Intercalar do PAG do Banco do (2007) constatou que o Banco realizou grandes conquistas que incluem: i) o desenvolvimento de instrumentos para a integração do género e sua aplicação em alguns programas e projectos; ii) um número crescente de projectos integram a componente género, e isto é evidente em pelo menos 33 por cento dos projectos avaliados e com alguns exemplos de melhores práticas de integração do género; iii) o progresso na criação de um ambiente de trabalho sensível ao género através do uso de directrizes de desenvolvimento dos recursos humanos, e melhorias na redução das diferenças do género com o recrutamento e nomeação de mulheres para cargos de alto nível, e iv) desenvolvimento redes e parcerias mais fortes. O Banco está também a apoiar os esforços para desenvolver capacidades para a produção de dados desagregados por género na região.

O documento *Resultado e Caminhos a Seguir*, que resultou do processo de revisão do Beijing+10 em 2004, a nível da região de África, indicou outras realizações tais como uma maior consciencialização sobre a igualdade do género; reformas políticas, melhoria dos quadros legislativos; e desenvolvimento institucional a nível nacional em muitos países. Os progressos registados em alguns países incluem o estabelecimento de políticas e estratégias nacionais para o alcance da igualdade do género; aderência a instrumentos internacionais e regionais para a protecção dos direitos humanos das mulheres; maior diversidade dos mecanismos para a promoção e monitoria da igualdade do género; atenção à alocação de recursos através da produção de orçamentos sensíveis ao género; reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelas ONG em matéria de sensibilização, advocacia, monitoria e execução de programas; e esforços para envolver homens e rapazes de forma mais activa na promoção da igualdade do género.

Apesar destas notáveis melhorias na política, nos quadros legais e institucionais, as desigualdades do género ainda prevalecem, particularmente no que concerne o acesso ao ensino secundário e superior; formação técnica e profissional, recursos e bens produtivos tais como terra, capital e tecnologia; serviços agrícolas e de desenvolvimento rural; serviços básicos de saúde; oportunidades de emprego e processos de tomada de decisão. As mulheres e raparigas continuam a ser fortemente desfavorecidas. A violência contra mulheres e raparigas em situação de conflito e insegurança está a atingir proporções alarmantes. Embora seja difícil obter dados sobre vítimas de violência sexual devido ao colapso dos serviços sociais, económicos e institucionais, é amplamente conhecido que o estupro, violência sexual, escravatura sexual e outras violações são alguns dos crimes cometidos contra mulheres e raparigas em situação de conflito. A persistência da desigualdade do género em todos os sectores aumenta a dificuldade em alcançar os ODM e o desenvolvimento sócio-económico global em África (as ligações são bem ilustradas no anexo 1).

Tem havido também um consenso crescente no continente Africano de que a promoção da igualdade do género e o empoderamento da mulher é essencial para o desenvolvimento humano, er-

radicação da pobreza e crescimento económico. Por exemplo, a 40ª Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico organizada pela UNECA em Abril de 2007 foi sobre a *Aceleração do crescimento e desenvolvimento de África para alcançar os ODM: Desafios emergentes e o caminho a seguir*. Na declaração ministerial emitida após a reunião, os ministros decidiram aumentar os investimentos em programas de igualdade do género e empoderamento da mulher que visam melhorar o estatuto da mulher, incluindo investimentos no fornecimento de água, energia, educação e saúde, em especial na redução da mortalidade e morbilidade materna; melhorar oportunidades de geração de rendimento; e fortalecer as políticas para reduzir a violência contra a mulher.

As recentes reuniões regionais (A Primeira Conferência Conjunta entre a Comissão da União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico realizada em Abril de 2008, e a 11ª Cimeira da União Africana) salientaram os novos desafios no continente que poderiam intensificar e aumentar as desigualdades do género existentes. Estes desafios incluem problemas como a insegurança alimentar, que está sendo exacerbada pelo aumento dos preços dos alimentos, alterações climáticas, migrações, escassez de água e energia. Estudos recentes mostraram que estes problemas afectam as mulheres de forma diferente comparativamente aos homens, tornando ainda mais premente a necessidade de melhorar a igualdade do género e o empoderamento da mulher como forma de garantir o desenvolvimento económico e social sustentável e equitativo em África.

Embora muitas resoluções internacionais e regionais tenham sido adoptadas pelos países, o nível de implementação e produção de relatórios sobre a resolução é um tanto baixo. Alguns países adoptaram políticas relevantes, legislações e estratégias eficazes que visam promover a igualdade do género e o empoderamento da mulher, mas estas não estão a ser implementadas, cumpridas ou expandidas por forma a fazer alguma diferença no terreno. A Revisão da Década da implementação da BPPA reiterou, portanto, a necessidade de passar de compromissos para acções mais eficazes. Muitas reuniões realizadas após a Revisão da Década enfatizaram a necessidade de criar ou melhorar o ambiente para garantir a aceleração dos progressos rumo à igualdade do género e empoderamento da mulher. Está claro que com a celebração do 50º aniversário da UNECA, torna-se importante reflectir sobre os progressos realizados para alcançar estas metas a nível do continente; identificar os desafios que limitam a implementação de políticas e estratégias relevantes a nível nacional e regional; procurar medidas abrangentes para abordar com realismo as áreas notáveis de desigualdade do género. O Fórum terá início com base na perspectiva de que acções concretas estão sendo tomadas para abordar a questão de igualdade do género e empoderamento da mulher. Depois irá focalizar exemplos de boas práticas, analisar formas de expandir estas acções, analisar os impedimentos ao progresso e possíveis soluções, bem como medidas que poderiam ser tomadas para melhorar a capacidade na área de estatística, a nível nacional, de forma a monitorar de forma mais efectiva o progresso rumo ao alcance da igualdade do género e empoderamento da mulher.

O Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento (FAD) será realizado conjuntamente pela UNECA, UA e o BAD de forma a reflectir a parceria estratégica promovida pelas três instituições de trabalharem em conjunto para cumprir com as prioridades de desenvolvimento de África, incluindo a igualdade do género.

## **II. Objectivos do Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento**

O objectivo global do Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento é o de analisar os progressos realizados em relação à igualdade do género e empoderamento da mulher, e de articular acções concretas que poderiam ser tomadas para acelerar o processo.

Especificamente, o Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento vai:

- (a) Rever o progresso realizado a nível nacional, sub-regional e regional na promoção da igualdade do género e empoderamento da mulher, bem como na abordagem da violência contra a mulher;
- (b) Partilhar experiências, lições e boas práticas na promoção da igualdade do género e empoderamento da mulher;
- (c) Identificar política e outros desafios de implementação que os países têm enfrentado no processo de promoção da igualdade do género e empoderamento da mulher;
- (d) Verificar questões emergentes que tenham um impacto sobre a igualdade do género e empoderamento da mulher;
- (e) Definir acções prioritárias e mecanismos necessários para acelerar o progresso tendo em vista o alcance da igualdade do género, empoderamento da mulher e eliminação da violência contra a rapariga; e
- (f) Fortalecer e criar novas alianças e parcerias estratégicas para avançar com a agenda sobre a igualdade do género.

### **III. Áreas temáticas do Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento propostas**

As áreas temáticas espelham exactamente os desafios e áreas que necessitam de acção adicional, incluindo as seguintes:

- (a) Violência contra a mulher;
- (b) HIV e SIDA;
- (c) Saúde e direitos reprodutivos;
- (d) Educação, formação e desenvolvimento de competências;
- (e) Migração;
- (f) Governança, conflito, paz e segurança;
- (g) Emprego, mercados e comércio;
- (h) Segurança alimentar;
- (i) Direito a terra e propriedade;
- (j) Alterações climáticas, água, saneamento e energia;
- (k) Financiamento para a promoção da igualdade do género; e
- (l) Género e TIC.

Anexo 2 Fornece uma descrição detalhada das áreas temáticas.

As seguintes questões transversais que foram identificadas como os principais desafios para aceleração e alcance da igualdade do género e empoderamento da mulher no continente, serão con-

sideradas no âmbito de cada tema. Estas questões são também essenciais para a criação de um ambiente favorável ou reforço do ambiente para a igualdade do género:

- (a) Reformas jurídicas, incluindo os procedimentos de ratificação e implementação dos instrumentos internacionais e regionais relevantes referentes a igualdade do género e empoderamento da mulher;
- (b) Desenvolvimento e implementação de políticas efectivas;
- (c) Mecanismos institucionais;
- (d) Monitoria e avaliação de instrumentos e mecanismos;
- (e) Disponibilidade de dados desagregados por género;
- (f) Envolvimento de homens e rapazes; e
- (g) Capacitação.

#### **IV. Resultados esperados e mecanismos de acompanhamento**

- (a) Um plano de acção com recomendações claras para os Estados Membros e parceiros de desenvolvimento para acelerar a materialização da igualdade do género e empoderamento da mulher;
- (b) Uma declaração de posição em relação à mulher Africana e questões emergentes;
- (c) Proposta de uma década Africana sobre a igualdade do género (semelhante a das décadas de água e educação) para assegurar a implementação destas recomendações. Isto será desenvolvido no âmbito do apoio à proposta da política do género da UA referente uma década Africana sobre a mulher. A década Africana sobre a igualdade do género iria fornecer com detalhes as acções prioritárias concretas a serem realizadas pelas entidades relevantes, os indicadores de desempenho, calendário e metas claras para cada tema que seria utilizados para avaliar o progresso (incluindo uma revisão intercalar);
- (d) Redes regionais e sub-regionais a trabalhar em torno dos principais desafios com facilitadores designados para estimular e promover o processo. Isto pode incluir também o desenvolvimento de um grupo regional com conhecimento baseado na Web completamente funcional para partilhar informação sobre as acções indicadas na declaração;
- (e) Um relatório da reunião que reflecte as questões discutidas durante o Fórum. Este relatório e os documentos de base do Fórum serão amplamente disseminados através da mídia impressa e electrónica; e
- (f) Mobilização estratégica de recursos para apoiar as actividades pós-FAD.

#### **V. Estratégias**

##### **A. Actividades pré-Fórum**

As actividades pré-Fórum são uma parte fundamental da estratégia para a realização do Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento. Elas tem o objectivo de garantir que o processo seja represen-

tativo em termos de questões a nível nacional e sub-regional, bem como participativo, no sentido em que os intervenientes, incluindo os governos, académicos, sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento são consultados antes da realização do Fórum.

Os principais passos são:

- (a) Preparação dos documentos que destacam as principais questões relacionadas com a igualdade do género e empoderamento da mulher, os principais desafios de implementação, bem como apresentação de propostas de áreas temáticas para discussão durante o Fórum;
- (b) Preparação do documento de base do Fórum com base numa revisão bibliográfica e consultas junto das agências das Nações Unidas e parceiros regionais, sub-regionais e nacionais, incluindo os escritórios sub-regionais (SROs) da UA, UNECA e do BAD;
- (c) Apresentação do documento de questões a serem tratadas à Conferência da UA/ECA dos Ministros para Assuntos do Género em Agosto de 2008; e
- (d) Organização de uma discussão electrónica para facilitar uma discussão mais abrangente das principais questões.

## **B. Programa de trabalho do Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento**

### **1. Grupos e sessões do Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento**

O programa de trabalho do Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento incidirá sobre as doze áreas temáticas supracitadas. O programa consistirá tanto de sessões plenárias como de sessões em grupos. O objectivo das sessões em grupos é de discutir desafios específicos, particularmente, desafios de implementação, partilhar boas práticas e experiências, e identificar recomendações que serão introduzidas no plano de acção, que irá resultar do Fórum.

Para além destas sessões, serão organizados eventos paralelos pelos vários parceiros.

### **2. Documentação**

Para garantir que o Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento aborde a importância da igualdade do género e o empoderamento da mulher no desenvolvimento de África em todas as suas dimensões, serão preparados uma série de documentos para estimular e documentar as discussões.

- (e) Documento sobre questões a serem discutidas – Este documento será a principal contribuição para o Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento uma vez que vai fornecer uma visão geral das questões de um ponto de vista substantivo e de políticas;
- (f) Relatório sobre a situação da igualdade do género e empoderamento da mulher em África - Este relatório será baseado numa revisão bibliográfica da literatura existente e contributos dos países e sub-regiões. Vai rever a situação e avaliar o desempenho dos Estados Membros na execução das políticas e estratégias referentes a igualdade do género e empoderamento da mulher; identificar os principais desafios enfrentados, boas práticas e lições aprendidas, e sugerir recomendações de políticas para os Estados Membros. Em particular, o relatório vai rever as declarações relacionadas com a igualdade do género,

empoderamento da mulher, e violência contra as mulheres, identificar o que foi feito até agora para executar as declarações, bem como os desafios de implementação enfrentados e como eles poderiam ser ultrapassados; e

- (g) Comunicados – Os Comunicados serão preparados para cada sessão em grupos. Estes comunicados terão uma página e vão resumir os assuntos e indicar algumas questões para discussão, para facilitar deste modo os facilitadores na realização das sessões em grupos.

### **C. Identificação de participantes**

Para garantir que o Sexto Fórum Africano de Desenvolvimento seja representado por um vasto espectro de intervenientes, serão convidados muitos actores, incluindo as seguintes entidades:

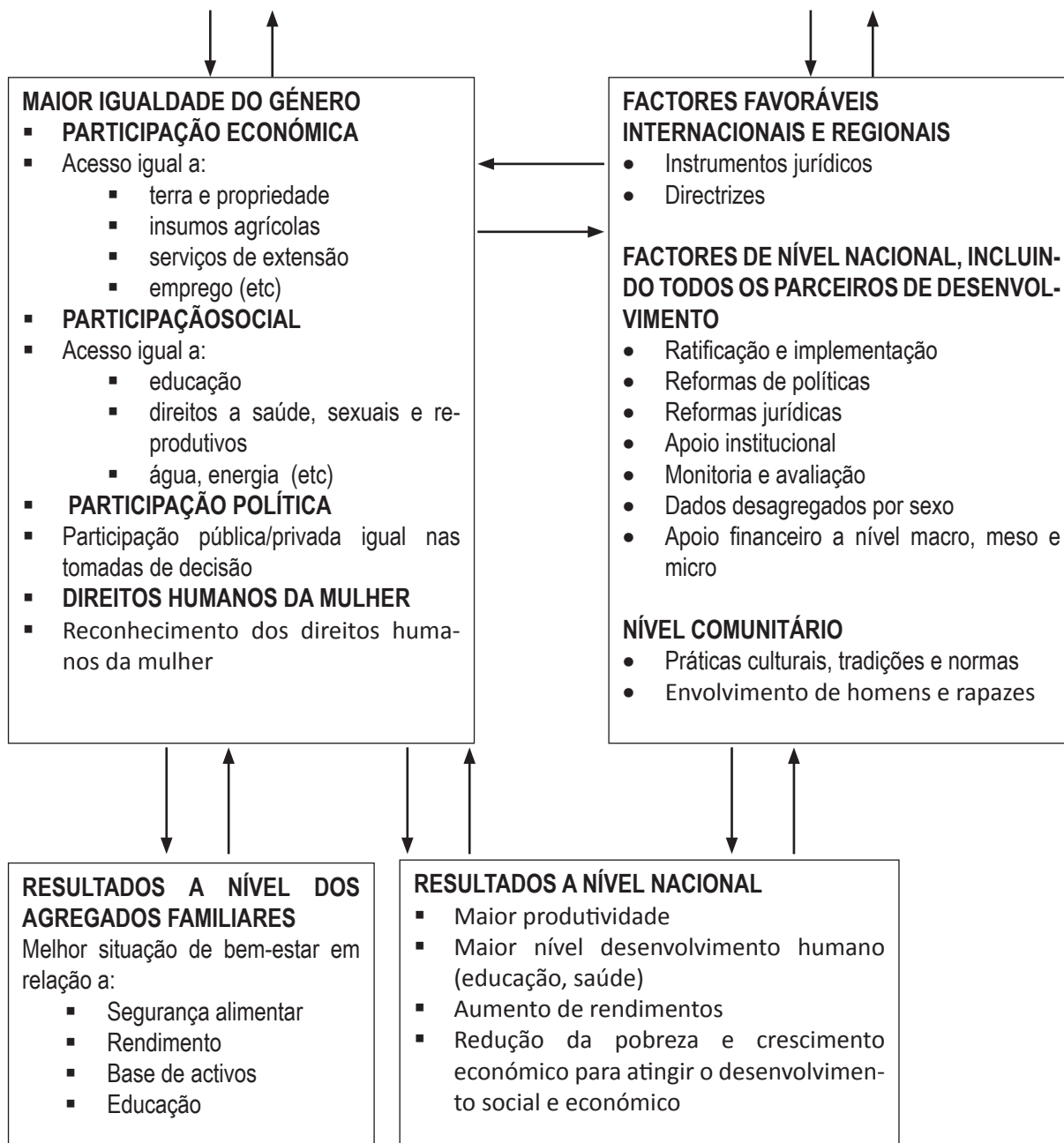
- (a) Pessoas distintas;
- (b) Pessoas modelo;
- (c) Estados Membros Africanos;
- (d) Comunidades económicas regionais;
- (e) Organizações da sociedade civil Africanas (incluindo organizações de base comunitária, instituições de pesquisa e académicas, redes de órgãos de comunicação social, grupos especiais tais como pessoas nómadas, indígenas, pessoas portadoras de deficiência, pessoas vivendo com HIV e SIDA, mulheres e raparigas afectadas pela violência, organizações religiosas e líderes tradicionais);
- (f) Organizações da sociedade civil internacionais;
- (g) Organizações do sector privado;
- (h) Parceiros das Nações Unidas;
- (i) Organizações bilaterais;
- (j) Instituições financeiras internacionais e regionais;
- (k) A diáspora; e
- (l) Organizações de cooperação Sul-Sul.

### **D. Parcerias e colaboração**

A planificação, organização e realização da Sexta Conferência Africana de Desenvolvimento vai envolver uma grande parceria e coordenação entre o secretariado conjunto da Comissão da União Africana (CUA), UNECA, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e as CER. As instituições de colaboração irão incluir as agências e o Secretariado das Nações Unidas (PNUD, OIT, UNIFEM, FNUAP, UNICEF, ONUSIDA, OMS, FAO, ACNUR, DPKO, DAW, e outros); os parceiros irão incluir os principais membros da rede de combate a violência contra as mulheres (incluindo as embaixadas da Suécia, Dinamarca, Espanha, África do Sul, Finlândia e Noruega), organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, parceiros de desenvolvimento e outros intervenientes chave.

## Anexo 1: Ligações conceptuais entre a igualdade do género, redução da pobreza e o desenvolvimento social e económico

### META NACIONAL: ALCANÇAR A IGUALDADE DO GÉNERO PARA ATINGIR O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO



**Anexo 2: Descrição das áreas temáticas e justificação**

Tema	Descrição e justificação
Violência contra a mulher	A Declaração das Nações Unidas sobre a Violência contra a Mulher (UNDAV) de 1993 define a violência contra a mulher como: <i>“Qualquer acto de violência baseada no género que resulta ou que possa possivelmente resultar em sofrimento ou danos físicos, sexuais ou psicológicos às mulheres e raparigas, incluindo ameaças de tais actos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, tanto na vida pública como na vida privada”</i> . A violência contra as mulheres e raparigas em África está a aumentar. Formas mais violentas, como o homicídio contra as mulheres, ataques sarcásticos, estupros rituais e assassinatos, estupros por quadrilhas, sequestros, infâmia e casamentos prematuros forçados, escravatura sexual por parte de militares, violação como arma de guerra, tráfico de mulheres e raparigas e maus-tratos de viúvas, tornaram-se mais generalizadas. Apesar de a legislação contra algumas práticas culturais, as mulheres em África continuam a ser vulneráveis a costumes e práticas tradicionais nocivas como mutilação genital feminina e herança de viúvas, que as expõe ao risco de HIV e SIDA. A obtenção de dados sobre a violência contra a mulher continua um grande desafio. Uma das razões para a violência contra as mulheres são as persistentes desigualdades em termos de oportunidades e capacitação. Torna-se importante rever os progressos realizados pelos países Africanos para enfrentar a violência contra as mulheres; identificar os desafios de implementação e lições aprendidas; partilhar experiências sobre práticas eficazes, e sugerir recomendações que possam enfrentar os desafios de implementação para eliminar a violência contra as mulheres.
Género e HIV e SIDA	É amplamente reconhecido que o HIV e SIDA tem graves impactos sócio-económicos sobre ambos os sexos, mas que não é neutro em termos de género. As mulheres e meninas suportam mais o fardo da epidemia, porque são altamente vulneráveis à infecção, e são as principais provedoras de cuidados e, quando o ganha-pão da família se vai embora, têm que sustentar a família com recursos limitados. A proporção de mulheres infectadas pelo HIV no continente é alta e continua a aumentar. A vulnerabilidade das mulheres e das raparigas Africanas à infecção pelo HIV está integralmente ligada às desigualdades subjacentes do género, normas sociais e discriminação. É importante que o Fórum aborde as principais questões da desigualdade entre os homens e mulheres que constituem a base da epidemia; analisar os progressos alcançados na abordagem destas questões; identificar os principais desafios enfrentados e fornecer recomendações
Direitos à Saúde e Reprodutivos	Os direitos reprodutivos referem-se a capacidade de tomar decisões informadas sobre a actividade sexual, geração e criação de uma criança, bem como ao acesso a recursos para tomar tais decisões. A desigualdade do género no sector da saúde em África é reflectida pelo nível de desnutrição entre as mulheres e raparigas, bem como elevadas taxas de fecundidade e mortalidade materna devido à desigualdade nos processos de tomada de decisão na família, pobreza e outras questões. O nível de acesso aos cuidados de saúde é geralmente baixo na maioria dos países e o nível de acesso a serviços de saúde reprodutiva é ainda menor. Existe também uma necessidade considerável de serviços de planeamento familiar e outros serviços de saúde reprodutiva. Torna-se importante, contudo, rever os progressos realizados pelos países Africanos na abordagem de questões da igualdade do género na saúde; identificar os desafios que impedem os progressos; partilhar lições aprendidas e experiências sobre práticas eficazes, e definir acções necessárias para acelerar o progresso relativamente a igualdade do género em termos de direitos à saúde e reprodutivos.



Tema	Descrição e justificação
Direito à terra e propriedade	Os direitos em termos de acesso, uso e controlo terra são vitais para a vida das mulheres rurais nos países onde os recursos naturais são a principal fonte de renda e sustento. A exclusão generalizada das mulheres e das raparigas em África em termos de posse e/ou controlo de propriedade e da terra significa que muitas vezes elas são impedidas de participar efectivamente nas actividades económicas e de ter uma vida segura e sustentável. As mulheres enfrentam discriminação tanto no sistema tradicional como no formal com respeito a posse da terra, como resultado de práticas e crenças discriminatórias culturalmente firmadas e do controlo por parte dos homens da herança/património. As evidências indicam que as políticas de terra que exacerbam a insegurança e a posse da terra, e ignoram os direitos e/ou interesses das mulheres aumentam a vulnerabilidade dos agregados. Existe uma necessidade de abordar os direitos da mulher à posse e aproveitamento da terra e propriedade, bem como as práticas e normas com respeito a herança
Mercados de emprego e comércio	A mulher em África enfrenta maiores desafios em aceder a empregos decentes do que os homens. A proporção de mulheres no sector formal é ainda muito pequena em relação à dos homens e a sua remuneração é, em média, inferior aos dos homens pelo mesmo trabalho. Os desafios que afectam o alcance da paridade de género no emprego formal e no acesso aos mercados têm de ser analisados e abordados. Tradicionalmente, as políticas de investimento e comerciais têm sido consideradas como sendo “insensíveis à dimensão do género”, ou seja, elas não têm qualquer efeito específico sobre os homens ou mulheres. No entanto, as políticas comerciais têm diferentes impactos sobre os homens e mulheres que precisam ser abordados.
Educação, formação e desenvolvimento de habilidades	O fosso da taxa de inscrição entre rapazes e raparigas, particularmente nas escolas primárias diminuiu consideravelmente. No entanto, as mulheres e as raparigas continuam a enfrentar mais desafios do que os homens e rapazes, incluindo baixas taxas de conclusão e acesso limitado ao ensino secundário, terciário e ao ensino profissional. Mais de 60 por cento das pessoas analfabetas, com idade superior a 15 na África sub-sahariana são do sexo feminino; a pressão dos múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres faz com que elas tenham pouco tempo para frequentar sessões de educação de adultos. Contudo, as mulheres precisam de boa educação e habilidades para melhorar as suas oportunidades de obter um emprego formal, rendimentos mais elevados, melhor saúde e capacidade de tomada de decisão. Torna-se importante, contudo, rever os progressos realizados pelos países Africanos na abordagem de questões da igualdade do género na educação, formação e desenvolvimento de competências; identificar os desafios de implementação; partilhar lições aprendidas e experiências sobre práticas eficazes, e definir acções necessárias para acelerar os progressos relativamente a paridade do género.
Governança, paz e segurança	Vários países têm aumentado significativamente o nível de representação feminina no parlamento. No entanto, as mulheres continuam sub-representadas em todas as estruturas de poder e de tomada de decisão. Elas são sujeitas a atitudes culturais que não reconhecem o direito das mulheres de desempenhar papéis de liderança. Embora políticas que promovam a igualdade do género para ocupar cargos de tomada de decisão estejam em vigor em alguns países, o seu nível de implementação é muito baixo. Importa também notar que uma maior representação de mulheres no parlamento não tem ainda conduzido sistematicamente a orçamentos adequados, quadros institucionais e políticas para implementar programas que promovam a igualdade do género. Existem ainda grandes desafios para alcançar uma participação efectiva das mulheres nos processos de tomada de decisões, tanto a nível local como nacional. Há também um reconhecimento generalizado de que as mulheres são afectadas por conflitos, guerras e situações de emergência humanitária, de formas diferentes das dos homens, e essas diferenças precisam de ser tomadas em consideração na elaboração e implementação de estratégias de intervenção.

Tema	Descrição e justificação
Financiamento para a promoção da igualdade do género	A consideração do género no orçamento de alguns países conduziu a processos mais transparentes de resposta à questões do género nas despesas públicas. A informação disponível sobre o género e orçamentos sensíveis ao género, bem como a inclusão do trabalho não-remunerado das mulheres na contabilidade nacional são susceptíveis de terem um tremendo impacto sobre a alocação de recursos no contexto dos Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PRSP) e da estratégias nacionais de desenvolvimento. Vários países Africanos adoptaram o orçamento do género como uma estratégia para acelerar a igualdade do género e o desenvolvimento equitativo. Torna-se importante rever o que foi efectivo; o que não está a funcionar; e avançar com acções para aumentar o financiamento para a promoção da igualdade do género. Que mecanismos de financiamento, incluindo parcerias inovadoras, podem contribuir para acelerar o progresso? Como é que a alocação de recursos nacionais pode ser feita de forma mais eficiente? Que papel pode desempenhar a ajuda externa no aumento de esforços? Que outras fontes não-tradicionais poderiam ser desenvolvidas?
Questões emergentes Segurança alimentar, alteração climática, migração, água e energia	Houveram nestes últimos anos mudanças drásticas e estruturais que estão a redefinir o mundo, incluindo África. Questões emergentes como desafios de segurança alimentar causados pela subida dos preços dos alimentos, as alterações climáticas, migrações, a escassez água e de energia são novas tendências que estão a afectar as mulheres de formas que diferentes das dos homens, conforme demonstrado por estudos recentes. O Fórum fará um balanço das novas tendências, avaliar o seu impacto sobre as mulheres e homens e encontrar formas para reduzir os seus impactos negativos e reforçar os positivos, por forma a criar novas oportunidades para a igualdade do género e do empoderamento da mulher em África.